



Deputados atuam por fim de taxas de marinha

Objetivo é que Senado também aprove medida

SANDRO THADEU
DA REDAÇÃO

Os três deputados federais da Baixada Santista — Júnior Bozzella (União Brasil), Marcelo Squassoni (Republicanos) e Rosana Valle (PSB) — já iniciaram mobilização política para que a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 39, de 2011, que retira a propriedade exclusiva da União sobre os terrenos de marinha, seja aprovada no Senado.

Esse texto foi aprovado na Câmara na última terça-feira, com voto favorável dos três parlamentares da região. A matéria prevê que o Governo Federal não cobrará foro ou taxa de ocupação dessas áreas nem laudêmio após a transferência de domínio da propriedade.

Essa medida beneficiará cerca de 600 mil imóveis no País, segundo dados do ano passado da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Na Baixada Santista, estima-se que a possível mudança atinja mais de 40 mil propriedades.

“Já estamos em tratativas com vários senadores. Há um grupo grande de parlamentares, seja na Câmara, seja no Senado, que são favoráveis ao fim do laudêmio. Trata-se de uma mobilização conjunta, da qual faço parte, e tenho grandes expectativas que seja exitosa”, destacou Squassoni.

Rosana disse que já tem conversado com os colegas da Casa para que, juntos, “possamos sensibilizar os senadores sobre este antigo



Na Baixada Santista, estima-se que a possível mudança atinja mais de 40 mil propriedades sujeitas a foro, taxa de ocupação e laudêmio

e justo pleito”.

Bozzella entende que a cobrança do laudêmio é “arcaica” e remete ao período colonial. “Defendo essa pauta desde junho de 2020, quando a SPU anunciou um reajuste de mais de 20% nos valores cobrados dessas taxas. A medida vai beneficiar centenas de famílias, além de aquecer a economia nas regiões litorâneas, facilitando as transações de compra e venda de imóveis.”

Para Squassoni, o laudê-

mio atrapalha transações comerciais de propriedades pela sobretaxação e pela burocracia. “Ele é um imposto injusto, que gera bitributação — afinal, já pagamos IPTU — e ainda pouco contribui em termos de arrecadação.”

Rosana também classificou o tributo como “ultrapassado” e prejudicial às transações imobiliárias.

IMPACTOS

A Tribuna indagou às prefeituras sobre os impactos

da PEC, caso promulgada. Os recursos arrecadados não ficam nos cofres municipais, e parte delas se manifestou a favor da mudança.

Para Mongaguá, o fim do laudêmio trará benefícios ao Município, pois, “muitas vezes, essa taxa é um obstáculo para a compra e venda de imóveis, devido aos custos de transferências”.

Guarujá citou que, além da desoneração tributária, a alteração diminuiria a burocracia, incentivaria a regularização de imóveis e

despertaria “o interesse de novos compradores em imóveis que em sua maioria estão em áreas nobres, a exemplo da orla da praia”.

Praia Grande informou que tem 19.575 lançamentos imobiliários em áreas da União, dos quais 19.371 prediais e 204 para terrenos. A Administração Municipal entende que o impacto da promulgação da PEC será benéfico ao município que mora na faixa taxada.



CONTRA PONTO

Por Carlos Ratto e colaboradores



MARK BLENZOL

Dia da Favela. Por 12 votos a cinco, a Câmara de Praia Grande acompanhou a decisão da prefeita Raquel Chini (PSDB) e vetou a criação do Dia da Favela no Município, a ser comemorado sempre no dia 4 de novembro. A proposta foi da Central Única das Favelas (CUFA) e apresentada pelo vereador Emerson Camargo dos Santos (PSL), que não gostou da decisão.

Valorizar. Segundo o projeto de lei, o objetivo era de materializar uma forma para o resgate da autoestima e da cidadania das pessoas que residem nas favelas. No dia, seriam realizados uma série de eventos educativos, culturais e esportivos nas comunidades em vulnerabilidade social.

Fechar os olhos. "Vivemos numa cidade que o que mais tem são áreas de invasão. Esse foi um veto político. Estamos em um ano de eleição e eu sou da comunidade Vila do Sapo Mirim e tem outros vereadores que fazem parte de comunidades. Quero ver quem vai pedir votos na comunidade. Como podem falar que não tem favela (em Praia Grande)? É fechar os olhos", dispara.

Carro voltando. Parece que as reportagens e a pressão da Câmara de Guarujá para que o carro fúnebre do aviador Santos Dumont deixe o Memorial Necrópole Ecumênica e volte para a cidade ganharam um aliado: o secretário de Turismo Fábio Santos. Ele publicou recentemente, nas redes sociais, que nos próximos dias será firmado um acordo para manter o carro na Base Aérea de Santos, que fica em Guarujá, juntamente com outros pertences do Pai da Aviação.

Na Câmara. O vereador Antonio Fidalgo Salgado Neto, o Toninho Salgado (PSD), informou que iria requerer da Prefeitura de Guarujá informações sobre todo o procedimento adotado que permitiu a retirada e exposição do carro no bairro de Marapé, em Santos.

De 1929. O veículo é um Chevrolet Ramona, fabricado em 1929, que conduziu o corpo do aviador brasileiro após seu suicídio no Grand Hotel La Plage, no dia 23 de julho de 1932. Até 2017, ele era uma atração turística na Avenida Leomil com a Puglisi, no Centro de Guarujá.

Exclusivo. O Diário publicou reportagem exclusiva sobre a questão em 27 de janeiro após inúmeros contatos de guarujaenses preocupados com os patrimônios históricos da Cidade. O professor e ambientalista Matheus Marques conseguiu fotos do carro sendo reformado e até um vídeo, que vinha sendo veiculado nas redes sociais, mostrando o carro na exposição.



Santos: mais um trecho de conjunto habitacional ganhará calçadas acessíveis

» Mais duas vias do conjunto habitacional Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, o BNH Aparecida, vão ganhar passeios acessíveis: Rua Luís Marques Gaspar, continuação da Ernesto de Melo Jr., e a Rua Alexandre Martins, no trecho entre a Luís Gaspar e Avenida Pedro Lessa, do lado direito da via, sentido praia/Pedro Lessa. O outro lado já conta com passeios no padrão Calçada para Todos, executados em 2015.

O objetivo é garantir segurança e acessibilidade para uma via central do conjunto habitacional e outra lateral, onde as calçadas são estreitas e têm muitas árvores e postes. A Prefeitura abriu licitação para a obra, processo que leva cerca de 90 dias para ser concluído, caso não haja recurso. Os serviços começarão após a assi-



Rogério Borfini/PM5

O objetivo da ação é garantir segurança e acessibilidade

natura do contrato com a empresa vencedora, e terão prazo de quatro meses para serem concluídos, a partir da ordem de serviço.

RECONSTRUÇÃO.

Os passeios serão demolidos e reconstruídos em concreto desempenado, no padrão Calçada para Todos, com novas guias e sarjetas. Está prevista a instalação de bocas de lobo, nivelamento dos poços de visi-

ta, que dão acesso para manutenção das redes subterrâneas pluviais da Prefeitura, e implantação de rampas de acessibilidade nas esquinas. A obra envolve ainda a construção de calçada para acesso de veículos, recapeamento nos trechos demolidos e plantio de grama amendoim.

RECURSOS.

A obra está orçada em R\$ 283 mil e será realizada com recursos federais no valor de R\$ 222,8 mil, via Ministério do Desenvolvimento Regional, e contrapartida da Prefeitura. Trata-se de verba parlamentar do ex-deputado federal Antônio Goulart dos Reis (PSD 2015-2019), obtida por intermédio do vereador santista Zequinha Teixeira (PP), para dar continuidade às melhorias já implantadas nas imediações. (DL)